

CADERNO DE ENCARGOS

DE

Rede Privada de Voz e dados móveis

Cláusulas gerais

ÍNDICE

- 1. Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**
- 2. Regulamento e outros documentos normativos**
- 3. Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**
- 4. Objeto do concurso**
- 5. Prazo**
- 6. Preço base**
- 7. Obrigações do prestador de serviços**
- 8. Forma de prestação do serviço**
- 9. Preço contratual**
- 10. Condições de pagamento**
- 11. Resolução do contrato**
- 12. Foro competente**
- 13. Comunicações e notificações**
- 14. Contagem de prazos**
- 15. Sigilo**
- 16. Cessão de posição contratual**
- 17. Casos fortuitos ou de força maior**
- 18. Legislação aplicável**

Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
 - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;

- b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

Art. 4º Objeto do concurso

1. O objeto principal do concurso é a aquisição de serviço de redes privadas de voz com controle de custos. Para além deste, dever ser disponibilizado a comunicação entre os colaboradores do Município, quer estes estejam no escritório ou em mobilidade, utilizando números abreviados com 2 a 8 dígitos.

Art.5º Prazo

O prazo de execução será de 1 095 dias após a celebração do contrato.

Art. 6º Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **40 975,61€**, acrescido de IVA à taxa legal.

Obrigações contratuais

Obrigações do prestador de serviços

Art.7º Obrigações do prestador de serviços

Prestar os serviços de acordo com as especificidades estabelecidas no mapa de fornecimento.

- **As comunicações de voz e SMS entre cartões do município de Tondela serão gratuitas e não deduzem nos plafonds abaixo mencionados.**

- Será criado um grupo de 85 cartões apenas para comunicações móveis, tendo cada cartão direito a 100 minutos mensais para serem utilizados na voz ou envio de SMS. Os minutos disponibilizados para cada cartão, serão partilhados no respetivo grupo. Os minutos não utilizados pelo grupo serão acumulados para o mês seguinte.

- Será criado um grupo de 20 cartões para comunicações e dados móveis, tendo cada cartão direito a 3000 minutos mensais para serem utilizados na voz ou envio de SMS. Os minutos disponibilizados para cada cartão, serão partilhados no respetivo grupo. Os minutos não utilizados pelo grupo serão acumulados para o mês seguinte. Terão ainda um plafond de 30 GB mensais, por cartão, para o uso de dados móveis.

- Os cartões poderão vir a ser transferidos entre grupos, caso se verifique essa necessidade. Poderá ainda ser necessário incluir novos cartões em qualquer um dos grupos.

- Será disponibilizada uma subsídio no valor de 10 000,00 € + IVA para aquisição de equipamentos.

- A empresa terá aquando da submissão da proposta, apresentar documento em anexo, onde reflita os preços de:

Comunicações extras efetuadas fora do plafond mensal de minutos para outras redes, voz e sms;

Chamadas internacionais de voz e sms, listagem dos países de destino e respetivo preço;

Videochamada

Dados móveis extra plafond;

Dados moveis em países internacionais;

Art. 8º Forma de prestação do serviço

1. Após a celebração do contrato o concorrente terá de disponibilizar o(s) serviço(s), no prazo estabelecido no artigo 5º, não podendo ultrapassar o montante

máximo definido no clausulado do artigo 6º.

Obrigações da Câmara Municipal

Art. 9º Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Art. 10º Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. O Adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
4. 3. Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias á liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas.
5. 4. Caso a fatura apresentada, não mereça aprovação da Entidade Adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida.
6. A fatura deverá incluir os seguintes elementos:

Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suportam;

Incidência do IVA, em separado;

Número de compromisso

Documentação de suporte;

Emissão em nome de Município de Tondela;

Art.11º Resolução do contrato

1. Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Resolução de litígios

Art.12º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Art.13º Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma electrónica www.acingov.pt

Art.14º Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 15º - SIGILO

1. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.
2. O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário,
3. No final da execução do presente Contrato, o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.
4. Todos os elementos documentais referidos no número anterior passarão a ser propriedade da Entidade Adjudicante sem prejuízo para direitos de autor e de direitos de propriedade industrial que o Adjudicatário ou qualquer sociedade em relação de grupo ou de domínio tenha sobre os mesmos.
5. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:
 - a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o adjudicatário de tal facto seja, ou possa ser, considerado direta ou indiretamente responsável;
 - b) Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse do Adjudicatário e não sejam objeto de restrições ou limitações;
 - c) Os documentos e informações recebidos pelo Adjudicatário de Terceiros que não exijam ao Adjudicatário compromisso de confidencialidade.

Artigo 16º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.

Artigo 17º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade de por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Art.15º Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, outubro de 2017

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr